
MANUAIS ESTRUTURANTES DE UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

1. Manual de Compliance, Ética e Governança Jurídica

Finalidade:

Estabelecer os princípios de integridade, transparência, legalidade e conformidade ética que regem a conduta dos sócios, advogados, estagiários e colaboradores.

Conteúdo mínimo:

- Códigos de conduta e ética profissional;
- Política anticorrupção e de integridade empresarial;
- Regras de relacionamento com o poder público e órgãos fiscalizadores;
- Deveres fiduciários e disciplina interna;
- Estrutura do Comitê de Compliance;
- Procedimentos de investigação e reporte de desvios;
- Mecanismos de controle e sanções.

Fundamentação:

Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94), Código de Ética e Disciplina da OAB, Provimento nº 205/2021 (publicidade), Provimento nº 94/2000 (sociedades de advogados), Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

2. Manual de Governança Societária e de Gestão Estratégica

Finalidade:

Regular a estrutura organizacional e a forma de exercício do poder decisório dentro da sociedade de advogados.

Conteúdo mínimo:

- Estrutura hierárquica e de responsabilidade dos sócios;
- Critérios de deliberação colegiada e assembleias internas;
- Política de sucessão societária e admissão de novos sócios;
- Modelo de gestão financeira, de risco e de resultados;

- Estrutura de “compliance societário”;
- Normas sobre conflitos de interesse internos e externos.

Fundamentação:

Provimento nº 112/2006 do CFOAB; Código Civil (arts. 997 a 1.038); princípios de boa governança da OCDE; jurisprudência ética da OAB.

3. Manual de Conduta Profissional e Atendimento ao Cliente

Finalidade:

Definir os padrões éticos, técnicos e de urbanidade que devem reger a atuação dos advogados e estagiários perante clientes, magistrados, partes adversas e o público em geral.

Conteúdo mínimo:

- Postura em audiências, reuniões e sustentações orais;
- Normas de sigilo e confidencialidade;
- Política de comunicação com clientes;
- Tratamento de dados e informações sensíveis;
- Atendimento humanizado e dever de transparência.

Fundamentação:

Código de Ética e Disciplina da OAB; LGPD (Lei nº 13.709/2018); princípios do devido processo legal e da urbanidade profissional.

4. Manual de Gestão de Riscos Jurídicos e Operacionais

Finalidade:

Instituir um sistema de identificação, avaliação e mitigação de riscos relacionados à atuação jurídica e administrativa da sociedade.

Conteúdo mínimo:

- Mapeamento de riscos de responsabilidade civil, penal e administrativa;
- Controle de prazos, compromissos e obrigações contratuais;
- Plano de continuidade de negócios jurídicos;
- Indicadores de risco e planos de contingência.

Fundamentação:

Normas ISO 31000 e 37001; Resoluções do CFOAB sobre responsabilidade profissional; princípios de diligência e prudência.

5. Manual de Proteção de Dados e Privacidade (LGPD)

Finalidade:

Adequar o escritório à Lei Geral de Proteção de Dados, estabelecendo regras de tratamento de informações pessoais e sigilosas.

Conteúdo mínimo:

- Bases legais para tratamento de dados;
- Direitos dos titulares e procedimentos de resposta;
- Medidas de segurança e controle de acesso;
- Nomeação de Encarregado (DPO);
- Políticas de armazenamento e descarte de documentos.

Fundamentação:

Lei nº 13.709/2018 (LGPD); Enunciado nº 20 do CFOAB; Provimento nº 205/2021.

6. Manual de Gestão de Prazos, Processos e Documentos Jurídicos

Finalidade:

Padronizar o controle de prazos judiciais e administrativos, o manuseio de autos, protocolos, arquivos e peças processuais.

Conteúdo mínimo:

- Sistema de controle de prazos (responsabilidade solidária entre advogados e setores);
- Regras de registro e conferência de peças processuais;
- Gestão digital de processos (PJe, e-SAJ, PROJUDI, etc.);
- Padronização de petições e pareceres;
- Procedimentos de digitalização e backup jurídico.

Fundamentação:

CPC/2015; Estatuto da OAB; Provimentos do CNJ; boas práticas ISO 9001 de gestão documental.

7. Manual de Publicidade, Marketing Jurídico e Comunicação Institucional

Finalidade:

Disciplinar a forma de divulgação dos serviços jurídicos, observando os parâmetros éticos e normativos da OAB.

Conteúdo mínimo:

- Limites éticos da publicidade profissional;
- Regras sobre mídias digitais e redes sociais;
- Comunicação com a imprensa e releases institucionais;
- Padrões visuais e de identidade da marca LEXPRIME;
- Autorização prévia de campanhas e publicações.

Fundamentação:

Provimento nº 205/2021 (publicidade na advocacia); Código de Ética da OAB.

8. Manual de Compliance Trabalhista e Relações Internas

Finalidade:

Regular as relações laborais e contratuais internas, assegurando ambiente ético e conforme à legislação.

Conteúdo mínimo:

- Direitos e deveres de colaboradores e gestores;
- Políticas de assédio moral e sexual;
- Normas de jornada, sigilo e confidencialidade;
- Canal de denúncias e procedimentos de apuração;
- Regras de desligamento e responsabilidade pós-contratual.

Fundamentação:

CLT; Lei nº 9.029/95; Códigos de conduta corporativos; Resoluções da OIT e do MPT sobre integridade laboral.

9. Manual de Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade Jurídica

Finalidade:

Demonstrar o compromisso da LEXPRIME com os valores de sustentabilidade, equidade e cidadania corporativa.

Conteúdo mínimo:

- Políticas de redução de impacto ambiental e consumo consciente;
- Programas de inclusão social e diversidade;
- Atuação pro bono e responsabilidade comunitária;
- Diretrizes de ESG aplicadas ao meio jurídico.

Fundamentação:

Agenda ESG; Constituição Federal (arts. 3º, 170 e 225); diretrizes da ONU (Pacto Global).

10. Manual de Auditoria Interna, Prestação de Contas e Transparência

Finalidade:

Instituir mecanismos de auditoria contábil, jurídica e de compliance, assegurando a lisura e rastreabilidade dos atos internos.

Conteúdo mínimo:

- Procedimentos de auditoria periódica;
- Prestação de contas aos sócios e ao Comitê de Ética;
- Controle de honorários, custas e despesas reembolsáveis;
- Relatórios de integridade e conformidade;
- Política de resposta a órgãos fiscalizadores.

Fundamentação:

CFOAB Provimento nº 112/2006; normas contábeis aplicáveis à advocacia; princípios de transparência e accountability.